

**ENCONTRO ABERTO
AMAZÔNIA: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA DO BRASIL**

Luis E. Aragón

Coordenador da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Introdução

A realização desse Encontro Aberto foi de iniciativa da própria SBPC. Participaram cerca de 50 pessoas. Dos convidados participaram as seguintes pessoas:

1. Alex Fiúza de Mello, Reitor da UFPA
2. Alirio Martinez, Coordenador de Educação, Ciência e Tecnologia da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)
3. José Seixas Lourenço, Presidente de honra da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ)
4. Adilson Serrão, Coordenador do Consórcio Internacional para a Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia – Iniciativa Amazônica (IA)
5. Adalberto Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
6. Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba, Diretora de Cooperação Internacional do Estado do Pará
7. Nilson Gabas Jr. Em representação da Direção do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).
8. Luis E. Aragón, Coordenador do Encontro.

Principais conclusões dos debates

Os debates foram divididos em quatro grandes temas, todos eles relacionados entre si:

1. Que pesquisa e que educação superior para o desenvolvimento da Amazônia?
2. A importância da cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da Ciência e da Tecnologia na Amazônia
3. Redes como instrumentos de integração em Ciência e Tecnologia na Amazônia
4. A participação de instituições brasileiras em programas internacionais de pesquisa, em que condições?
5. Poder público como incentivador da cooperação internacional

Dos debates travados tanto entre os convidados como com membros da platéia pode-se arrolar as seguintes conclusões:

Que pesquisa e que educação superior para o desenvolvimento da Amazônia?

A Amazônia, apesar de ser o centro do mundo, é periferia nos países que a integram. Ainda hoje os paradigmas que definem os destinos da região são ditados pelas regiões e países mais desenvolvidos. Para resolver a questão regional da Amazônia é necessária a cooperação tanto a nível nacional como com os demais países amazônicos.

No que se refere a investimentos em Ciência e Tecnologia, a região Norte brasileira ocupa uma posição marginal em relação às demais regiões do país. Esta região gera 8% do PIB nacional, mas recebe escassamente 2% dos investimentos em C&T.

O Brasil forma cerca de 10.000 doutores por ano, mas sua distribuição regional é extremamente desigual. A região Norte é a mais desatendida. Além do mais cerca de 50% dos doutores que trabalham na Amazônia tem mais de 50 anos, o que exige não somente um aumento significativo de doutores na região, mas também uma ação agressiva para substituir aqueles que estão próximos de se aposentar.

Dados citados pelo Diretor do INPA dão conta de que no que se refere à produção científica, 70% da produção científica sobre Amazônia não tem nenhum autor brasileiro, e dos 30% restantes, somente 25% tem um autor atuando na Amazônia. Essa situação permite pensar que se soberania significa domínio do conhecimento do ambiente onde se vive, o Brasil deteria somente 30% de sua soberania sobre a Amazônia.

O conhecimento tradicional na Amazônia está totalmente desprotegido.

Para superar esse quadro são necessárias medidas mais eficazes entre as quais foram enumeradas: (1) Leis mais rigorosas, mas, sobretudo, cumprimento das leis ambientais já existentes; (2) Exigir do poder público investimentos em Ciência e Tecnologia na Amazônia em quantias compatíveis com sua contribuição ao PIB nacional; (3) Melhorar e ampliar a infra-estrutura de C&T na região, e, sobretudo ampliar o número de doutores na região através da expansão da pós-graduação na região e a implementação de mecanismos para a fixação de pessoal altamente qualificado na região; (4) Criar um fundo de C&T para a Amazônia; (5) Ampliar a capacidade em direito ambiental. Na Amazônia somente existe um curso de mestrado em direito ambiental, na Universidade Estadual do Amazonas (6) Criação de um fórum de Ciência e Tecnologia para a Amazônia (7) Criação de um Centro de Estudos Sociais e Políticos para a Amazônia brasileira.

A importância da cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da ciência e tecnologia na Amazônia

A cooperação, para ser real, deve ser uma ação de mão dupla. Para cooperar deve existir primeiramente um interesse que motive a cooperação. Não há cooperação neutra!

A cooperação, portanto deve ter um conteúdo claro. Ao final deve-se perguntar cooperar para quê e sobre tudo para quem? Esse conteúdo tem que estar ligado à realidade, e no caso da Amazônia, a cooperação deve, centrar-se, então na sua realidade rodeada de pobreza e destruição ambiental. Ter em mente que a Amazônia é uma região periférica que ainda não conseguiu demonstrar sua verdadeira vocação econômica, na base dos serviços ambientais que presta e das vantagens de manter a floresta em pé.

A cooperação científica não pode se dar de forma assimétrica e desequilibrada.

Durante os últimos 30 anos tem-se realizado esforços de cooperação em Ciência e Tecnologia com os demais países amazônicos. Instituições como o NAEA, o INPA, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e a UNAMAZ são pioneiras, e mais recentemente têm surgido outras como a Iniciativa Amazônica (IA) e a Rede Pan-Amazônica de Saúde.

O NAEA e o INPA mantêm nos seus programas de pós-graduação estudantes dos demais países amazônicos com bolsas brasileiras (PC-PG) e outras fontes. Esses programas necessitam ser ampliados a outras instituições amazônicas.

O Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado em 1978, mas foi somente em 2003 que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) começou a funcionar de fato, com a instalação da Secretaria Permanente da Organização em Brasília.

A OTCA busca, através de seu programa estratégico, alcançar uma visão pan-amazônica com o intuito de superar a visão fragmentada atual. Somente com uma visão pan-amazônica será possível implementar ações sustentáveis de cooperação. A OTCA, entretanto, se defronta com grandes desafios para alcançar seu propósito, entre os quais se destacam os seguintes: (1) a julgar pelos recursos destinados pelos governos dos países contratantes, a OTCA ainda não alcançou a importância suficiente que as ações na região demandam. O total de recursos oficiais chega aproximadamente a 1 milhão e cem mil dólares por ano (Brasil aportando cerca de 300 mil); (2) existem diferenças importantes no que se refere à importância da Amazônia nos respectivos países, “os países não estão na mesma sintonia”; (3) há grandes assimetrias entre países e entre regiões dos países; (4) a OTCA representa um pacto entre as Chancelarias dos países amazônicos e como tal é essencialmente um foro político e diplomático; (5) a OTCA, apesar dos esforços realizados, não tem conseguido uma maior aproximação com os atores regionais.

A Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) completa em setembro deste ano (2007) 20 anos de fundação. Ao longo de sua história a Associação aproximou as instituições de pesquisa e ensino superior de todos os países amazônicos através de diversos programas de treinamento, pesquisa, eventos científicos e publicações. A Associação necessita uma renovação e uma aproximação maior com a OTCA. Uma série de atividades de educação e Ciência&Tecnologia da OTCA poderão ser implementadas através da UNAMAZ. A Associação apresenta também condições favoráveis para estimular e implementar programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* envolvendo instituições de vários países amazônicos.

Redes como instrumentos de integração em C&T na Amazônia

Redes de C&T sejam de instituições ou de pessoas, são precursoras da integração regional. Na Amazônia essas redes têm surgido geralmente pela liderança de atores que atuam na própria região. As redes facilitam a integração regional em vários níveis: (1) há redes de integração regional a nível local, isto é a nível interno da região; (2) há redes de integração da região com o resto do país, ou seja, uma integração nacional; (3) há redes que facilitam a integração da região a nível internacional, extra-regional; isto é integram a região a países desenvolvidos, por exemplo; (4) há redes que facilitam a integração a nível macro-regional, por exemplo, entre países amazônicos.

O Consórcio Internacional para a Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Amazônia – Iniciativa Amazônica (IA), criado em outubro de 2004, é uma rede que atua em todos os níveis enumerados acima. Sua missão é “reverter e prevenir os processos de degradação dos recursos naturais e seus impactos ambientais globais, promovendo o desenvolvimento sustentável para melhorar as condições de vida das populações amazônicas vulneráveis através da cooperação interinstitucional pan-amazônica”. Participam do Consórcio instituições envolvidas principalmente com ciências agrárias nos países amazônicos e outros organismos internacionais.

A IA busca contribuir de forma significativa para alcançar os Objetivos do Milênio, particularmente a redução da fome e a pobreza, a sustentabilidade ambiental, e as alianças para o desenvolvimento. Desenvolve programas em conjunto com a OTCA, a UNAMAZ e outros organismos.

Entre as prioridades da IA e de outras redes na Amazônia e na América Latina, incluem-se questões relativas a: (1) soberania e propriedade intelectual; (2) desenvolvimento econômico vs. conservação ambiental; (3) governo vs. cooperação internacional; (3) credibilidade e ações das próprias redes internacionais; (4) interatividade entre instituições e atores sociais.

As redes amazônicas deveriam estimular uma maior participação de estudantes nos seus programas.

A participação de instituições brasileiras em programas internacionais de pesquisa, em que condições?

As instituições científicas brasileiras, e principalmente as amazônicas devem jogar um importante papel nas atividades de cooperação de C&T relacionadas com a Amazônia, para dirigir a cooperação aos interesses regionais.

Devem ser implementados programas específicos de geração e disseminação da informação em C&T relacionada com a Amazônia.

Entre as prioridades de pesquisa e de informação, integrando equipes internacionais, destacam-se: (1) o aquecimento global, (2) as mudanças climáticas e o papel da Amazônia nesses processos, (3) os impactos ambientais da exploração do petróleo na Amazônia e a construção de hidrelétricas para a geração de energia. Nesse sentido, aparentemente a produção de energia por hidrelétricas não é tão limpa quanto se pensava originalmente. E a construção de hidrelétricas na Amazônia pode trazer impactos ambientais noutros países. Qual seria a resposta brasileira, caso países andinos decidam construir hidrelétricas nos seus respectivos rios amazônicos; (4) as doenças tropicais, malária, por exemplo; (5) inclusão social das populações amazônicas. Só no Brasil a população amazônica alcança 22 milhões.

Poder público como incentivador da cooperação internacional

O poder público deve estimular de diversas formas a cooperação internacional em C&T buscando o desenvolvimento sustentável da Amazônia e o bem-estar da sua gente.

O Ministério de Relações Exteriores deve facilitar a cooperação entre as instituições científicas amazônicas com suas congêneres estrangeiras.

Programas especiais de cooperação deveriam ser facilitados nos estados da Amazônia com limites internacionais e inclusive em municípios com limites internacionais.

Deve-se destacar a iniciativa do Governo do Estado do Pará em criar uma Unidade própria de Cooperação Internacional.